

Dora Kramer*

Dino propõe reforma que se desvia do cerne da crise

Uma das maneiras de se desviar de um ponto sob questionamento é propor que se olhe o problema por uma lente ampliada. E, neste aspecto, o proponente em geral leva vantagem. Afinal de contas, por que não enxergar o todo no lugar de focar a parte, não é mesmo? Em tese, faz todo sentido.

Na prática, porém, há o risco de a amplitude do debate levar à dispersão e à perda de concentração na questão principal que se dilui no turbilhão de sugestões. Uma reforma ampla do Poder Judiciário, como propõe o ministro Flávio Dino, do STF, soa condizente com as demandas por correções no sistema de Justiça. São muitas as falhas e distorções. O tema é relevante.

Mas a crise atual que assola o Supremo Tribunal Federal não decorre desse quadro. Diz respeito a condutas impróprias por parte de magistrados supremos e do fato de guardiões da Constituição se comportarem como se fossem seres intocáveis, acima do alcance da lei.

Podem, e devem, ser complementares. Não excluídos como deu a entender Flávio Dino em seu arti-

go, ao fazer de sua proposta um contraponto a “certos discursos superficiais sobre suposta autocontenção, vista como uma pedra filosofal”. Referência direta a falas do presidente do STF, Edson Fachin, e da ministra Cármen Lúcia sobre a necessidade de os juízes serem mais contidos em suas manifestações.

À demonstração de menosprezo, Fachin procurou não passar recibo. Afirmou que recebia a “reflexão oportuna” com “aplausos e apoio”. A hostilidade, contudo, ficou marcada na tentativa de Dino de rebaixar os colegas ao patamar de demagogos, por acreditarem que a recuperação da imagem do Supremo poderia começar pela criação de um código interno de conduta.

Seria um sinal à opinião pública a partir do qual poderia, aí sim, evoluir-se para o debate de mudanças mais amplas e profundas. Já as propostas de reforma geral e a gasta sugestão do estabelecimento de pactos entre os Poderes parecem ambiciosas, mas soam mais como a ideia de mudar para ficar tudo como está.

*Jornalista e comentarista de política

Aristóteles Drummond

Buracos na Economia

Economistas, analistas, jornalistas e operadores de mercado parecem não ver um quadro altamente preocupante em nossa situação econômica e são cúmplices, no meu modesto entender, de uma versão longe da realidade.

A habilidade dos marxistas no poder vem gerando uma cortina de fumaça para ocultar a realidade e iludir a sociedade. Como é elementar se supor, as esquerdas querem destruir ou controlar o capitalismo e, no campo pessoal, procurar abrigo em lugares mais seguros como a União Europeia.

Como se considerar sólida uma economia em que a dívida pública não para de crescer, a carga fiscal leva a indústria a perder competitividade, assim como uma das maiores taxas de juros do mundo? E mais: como ter equilíbrio nas contas públicas com um quarto da população vivendo de auxílios sociais e estimulando a economia informal, que agrava o déficit da Previdência Social? É um país que promove campanhas de liquidação de dívidas da população mais vulnerável, com o intuito de abrir espaço para novas dívidas que mantenham ativo o consumo interno pelo menos até outubro.

É o caso de se perguntar se números do IBGE sob suspeição, empresas do agronegócio, em dificuldades comprovadas pelo número de pedidos de recuperação judicial, conglomerados vendendo ati-

vos para pagar juros e investimentos travados podem marcar uma economia saudável.

Tudo indica que nos momentos de dificuldades na atividade produtiva se deve procurar trabalhar mais, mas, no Brasil de baixa produtividade, vão diminuir as horas semanais de trabalho e aumentar o ócio remunerado, onerando as folhas ou provocando dispensas em setores que empregam muito e pagam pouco.

Rentabilidade só no mercado financeiro, onde se ganha dinheiro emprestando ao governo e não no financiamento à produção. E o pouco que circula no setor privado apresenta taxas assustadoras de inadimplência nos cartões de crédito e nos serviços de eletricidade.

Fala-se muito na insegurança jurídica como inibidor do investimento, assim como uma Justiça do Trabalho e legislação que tornam o empregar um alto risco. Mas este ingrediente da falta de confiabilidade do conjunto de índices econômicos pode ser a gota d'água da estagnação com inflação.

E uma eleição em que um mau governo tenta permanecer no poder e uma oposição que não passa de um projeto familiar populista sem credibilidade e que, caso chegue ao governo, não tem preparo para administrar a crise inevitável.

O que houve com o Brasil, que até há pouco tinha outra qualidade de homens públicos?

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: GOVERNO PARAGUAIO DECRETA ESTADO DE SÍTIO NO PAÍS

As principais notícias do Correio da Manhã em 24 de abril de 1931 foram: Foi decretado estado de sítio em todo o território do Paraguai. Boatos em Portugal indi-

cam que há um possível levante em Guiné. Reforma eleitoral na Inglaterra está sendo discutida no parlamento. Villa-Lobos se prepara para grande concerto em São Paulo.

HÁ 75 ANOS: SENADO APROVA JOÃO CARLOS VITAL COMO O NOVO PREFEITO DO DF

As principais notícias do Correio da Manhã em 24 de abril de 1951 foram: Tropas chinesas afirmam, pela primeira vez, que Aliados passaram do paralelo 38. Caixa financiará os jornalistas para a aquisição de prédios residenciais. Senado aprova por

44 votos a indicação de João Carlos Vital como o novo prefeito do Distrito Federal. Câmara segue apreciando o projeto de lei que cria o Estatuto dos Funcionários Públicos. Instala-se a Convenção Nacional da UDN.

EDITORIAL

Os 'invisíveis' que estão à vista de todos

Campinas convive, cada vez mais, com uma paisagem que se impõe sem pedir licença. O crescimento da população em situação de rua não é um fenômeno isolado, tampouco recente, mas ganha cada vez mais escala e complexidade, desafiando respostas fáceis e expondo a limitação do poder público diante de uma questão que é, ao mesmo tempo, social, jurídica e humana.

Dados recentes da Prefeitura ajudam a dimensionar o problema. Levantamento recente do poder público municipal, em parceria com a Fundação Feac, aponta 1.557 pessoas em situação de rua na metrópole. Destas, cerca de 1,3 mil vivem, efetivamente, nas ruas, enquanto pouco mais de duas centenas estão em abrigos. Em 2021, eram 932.

Em poucos anos, portanto, Campinas assistiu a um salto de quase 40%, um crescimento de pessoas nessa situação, algo que não pode ser tratado como uma oscilação pontual. Há uma concentração significativa dessa população na região central.

A equação é conhecida, mas está longe de ser resolvida. De um lado, a Constituição garante o direito de ir e vir. Ou seja, na prática, o Estado não pode simplesmente “tirar” alguém das ruas contra a sua vontade. De outro, a permanência prolongada nessas condições frequentemente está associada a quadros de dependência química, transtornos mentais e ruptura de vínculos familiares, fatores que dificultam qualquer política de reinserção.

Nesse contexto, cresce um com-

ponente particularmente preocupante: o avanço do consumo de álcool e drogas em níveis degradantes. Relatos recorrentes de profissionais da assistência social apontam para o uso de substâncias improvisadas e perigosas. O país viveu recentemente um surto de intoxicação por metanol, associado a bebidas adulteradas, que deixou mortos e centenas de casos suspeitos.

Não é exagero dizer que o problema deixou de ser apenas social para se tornar também uma questão de saúde pública. A deterioração física e mental dessa população pressiona o sistema de saúde, amplia a sensação de insegurança urbana e desafia políticas assistenciais que, muitas vezes, esbarram na recusa do próprio atendimento.

E aqui reside um dos pontos mais sensíveis e menos debatidos. O modelo brasileiro de abordagem, com base quase exclusivamente na adesão voluntária, limita a ação do poder público. Sem instrumentos legais mais claros para intervenções em casos extremos, a prefeitura atua, muitas vezes, como espectadora de uma tragédia cotidiana.

Isso não significa defender soluções simplistas ou autoritárias. Contudo, é evidente que a omissão, travestida de respeito irrestrito à autonomia individual cobra um preço alto.

Enquanto esse debate não avança com seriedade, e coragem, Campinas seguirá assistindo ao crescimento de uma população que, embora visível nas calçadas, permanece invisível para as soluções efetivas.

Opinião do leitor

Orgulho!

Gabrielzinho do Brasil, conquistou o “Oscar do Esporte” em Madri. É eleito o melhor atleta paraolímpico do mundo no Laureus 2026. O nadador brasileiro segue escrevendo um capítulo que vai muito além do esporte. Merecidíssima vitória! Que orgulho!

José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.